

Reflexões sobre gênero e raça na sociedade brasileira

Tamara de Matos Guerra
Universidade do Estado da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: tamaramatos@outlook.com

Glenda Felix Oliveira
Universidade do Estado da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: glendafelixadv@hotmail.com

161

Palavras-chave: Desigualdade. Gênero. Racismo

INTRODUÇÃO

Vivemos em um país marcado por diversas formas de desigualdades, que podem se expressar nas relações sociais, de raça, de gênero, dentre outras. Assim como um indivíduo pode sofrer as consequências da desigualdade social, ao mesmo tempo também pode sofrer as consequências da desigualdade de raça e/ou da desigualdade de gênero, ou seja, pode ser alvo de intersecções entre diversas formas de desigualdades. Desse modo, graças a essas intersecções, as discussões sobre as questões de gênero, como as que envolvem as várias facetas da violência sofrida pelas mulheres, podem ganhar um recorte sobre classe e sobre raça.

Segundo Silva e Souza (2017), a violência contra as mulheres decorre não apenas das desigualdades associadas aos papéis atribuídos ao gênero masculino e ao feminino, mas da combinação de outros marcadores, de modo que, no Brasil, raça e etnia são elementos fundamentais para a compreensão e enfrentamento do processo de violação de direitos das mulheres, dentro e fora de casa.

Os desafios enfrentados por mulheres brancas são diferentes dos desafios enfrentados por mulheres negras, o que justifica, de acordo com Ribeiro (2018), a necessidade de fazer um recorte de raça para que possamos entender as diversas formas de opressão que as mulheres podem sofrer. Todavia, dentro do universo feminino, a categorização pela cor da

Realização:



Apoio:



pele não se resume em separar as mulheres entre brancas e negras, mas na expressão do que podemos chamar de colorismo, ou seja, em um sistema de opressão intrarracial no qual a pele mais clara da pessoa negra é valorizada em detrimento da pele mais escura (Góes, 2022). Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é fazer reflexões sobre as relações existentes entre gênero e raça no Brasil.

METODOLOGIA

Para que seja possível alcançar o objetivo geral traçado para esta pesquisa foi preciso definir a metodologia a ser adotada, enquanto “lógica de proceder-se à investigação científica” (Alexandre, 2009, p. 37). Assim, para trilhar o percurso metodológico a ser percorrido, optamos pela revisão de literatura, empregando o método histórico, pois não é possível desprezar as influências dos acontecimentos pretéritos para a conformação das relações sociais na atualidade. A abordagem da pesquisa é qualitativa, sendo esta, uma característica bem própria das ciências humanas (Alexandre, 2009), já que o foco está no sujeito com suas particularidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há uma gramática de gênero que regula as relações sociais entre os homens e as mulheres, entre os próprios homens, entre as próprias mulheres, estabelecendo condutas e papéis socialmente aceitáveis para cada indivíduo, de acordo com o seu gênero (Saffioti, 1997). As “regras dessa gramática” sobre os papéis de gênero na sociedade foram criadas pelos homens e traduzem uma relação de poder e de subordinação.

Segundo Saffioti (1997) os seres humanos se organizam hierarquicamente em sociedade, sendo que essa organização é regida por uma escala de poder. Nessa escala, enquanto dominados, aparecem em quinto lugar os menores de idade. Todavia, essa dominação é transitória, visto que ao se tornarem adultos deixarão essa condição. Em quarto lugar aparecem as mulheres negras, em terceiro lugar as mulheres brancas e os primeiros

lugares ficam reservados aos homens, ou seja, ocupam os postos de dominadores. Lado outro, podemos concluir que o primeiro lugar na escala da dominação é ocupado pelas mulheres negras, havendo uma intersecção entre gênero e raça.

Na sociedade brasileira, a mulher negra enfrenta os desafios não só do ser mulher, do gênero, mas também do ser negra, da raça. A discriminação pela raça, o racismo, é um fenômeno social e histórico, que remonta à colonização em um modelo escravocrata no qual pessoas negras eram vendidas e tratadas como mercadoria. O racismo se manifesta ao atribuir características e comportamentos a indivíduos com base em sua raça ou etnia, utilizando-se de atributos naturais ou raciais como justificativa. Essa ideologia sustenta a falsa percepção de que diferenças raciais determinam a moralidade e a inteligência das pessoas, estabelecendo, assim, uma hierarquia na qual um grupo se considera superior e domina outro.

Nesse viés, mesmo em um momento posterior à abolição da escravidão, o Estado não oportunizou às pessoas escravizadas medidas de inclusão e de equiparação, especialmente em relação às mulheres. Assim, essas pessoas foram obrigadas a viver à margem da sociedade, em condições de miséria e desigualdade, vítimas de um racismo estrutural.

No contexto do racismo estrutural, a mulher negra está em uma posição ainda mais vulnerável, sofrendo com mais intensidade os efeitos do machismo e da desigualdade social. Para mais, enfrentam um racismo específico, que a coloca em uma posição de constante desvantagem e de invisibilidade.

Mulheres negras, habitualmente, estão inseridas como sujeito passivo na objetificação de corpos, bem como em crimes de estupro e de violência doméstica. É importante salientar que, durante o período da escravidão, mulheres negras eram regulamente estupradas pelos seus senhores. Nesta senda, as condições desumanas resultavam em gravidezes indesejadas, com filhos conhecidos vulgarmente como “mestiços”, que eram mortos ou criados em contexto análogo à escravidão, pois os genitores não os reconheciam como filhos. Logo, as mulheres eram utilizadas como mero espetáculo a subordinações sexuais impostas.

Acerca do tema, Davis (2016) destaca que a escravidão se sustentava não só no tronco e no açoite, mas também em uma rotina de abusos sexuais, em uma espécie de institucionalização do estupro nas relações entre o senhor e a escrava. Tal situação perdurou

após o período escravocrata no Brasil, pois, em um cenário pós escravidão, as mulheres que antes estavam na condição de escravas tornaram-se “domésticas”, exercendo essa função, muitas vezes, ainda mesmo na infância, passando ainda por assédio, por estupros, dentre outras formas de violência.

A sociedade colonial e escravocrata ajudou a criar um mito sexual em torno das mulheres negras e mulatas, o da mulher quente, que foi perpetuado pela tradição oral e por meio da literatura, aparecendo em obras literárias associadas à sexualidade. Segundo Carneiro (2019), fora as rainhas, o primeiro nome de mulher a aparecer na nossa “História Oficial” foi o da escrava Chica da Silva, que aparece como a amante do português contratador das minas de ouro, que o encantou por meio do sexo.

A mulher negra ainda sofre um racismo interracial, o colorismo, que, segundo Carneiro (2019) faz com que as negras de pele mais escura sejam mais desvalorizadas do que as de pele mais clara: “preta pra trabalhar, branca para casar e mulata pra fornicar” (Carneiro, 2019, p. 156).

Atualmente, ainda estamos diante da objetificação do corpo negro contemporâneo, sendo que a indústria pornográfica lucra com o racismo e inferiorização da mulher negra, reproduzindo cenas nas quais essas mulheres são penetradas por homens brancos, fazendo lembrar a situação da escrava, acorrentada, que era vítima dos estupros praticados pelos senhores no período escravocrata.

A mulher negra é vítima não somente do racismo, mas também do colorismo. É estereotipada como “sexualmente quente” e tem seu corpo objetificado, ou seja, precisa lutar não só contra os desafios do ser mulher, mas do ser mulher negra no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta das mulheres negras é constante, enfrentando preconceitos e barreiras tanto no âmbito profissional quanto no pessoal, revelando um sistema que continua a privilegiar a branquitude e a masculinidade. O sentimento de desigualdade e a necessidade de resistir e lutar diariamente marcam profundamente a trajetória de cada mulher negra, que, apesar de

tudo, continua a se erguer e a buscar seu espaço na sociedade. Essas mulheres precisavam ser vistas e reconhecidas para além dos seus corpos, que não podem ser tomados como objeto de desejo e de prazer. Elas precisam ser valorizadas como seres humanos que são, precisam ser valorizadas pelas suas lutas e precisam seguir na caminhada em busca de um espaço de igualdade na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica e educação**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009. Disponível em: https://storage.blucher.com.br/book/pdf_preview/9786555062229-amostra.pdf. Acesso em 30 de mai. de 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/40449>. Acesso em 31 de mai. de 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/FScyDnYgTQHytCYnHLbMqv/>. Acesso em 08 de jun. de 2024.

GÓES, Juliana de Moraes de. **Reflexões sobre pigmentocracia e colorismo no Brasil**. REVES – Revista Relações Sociais, vol. 05, n. 4, 2022, p. 1-22. Disponível em: <https://beta.periodicos.ufv.br/reves/article/view/14741/7497>. Acesso em 11 de jun. de 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2019. Disponível em: <https://www.sindjorce.org.br/wp-content/uploads/2019/10/RIBEIRO-D.-O-que-e-lugar-de-fala.pdf>. Acesso em 14 de jun. de 2024.

SAFFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Suzie Keilla Viana da; SOUZA, Aline Barros de. **Mulheres negras em perspectivas: a representatividade de mulheres negras em diversos espaços**. Revista NEIAB-UEM, vol. 1, n. 1, jul. 2017, p. 1-15. Disponível em: <https://dcs.uem.br/neiab/revista-neiab/2-2.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2024.